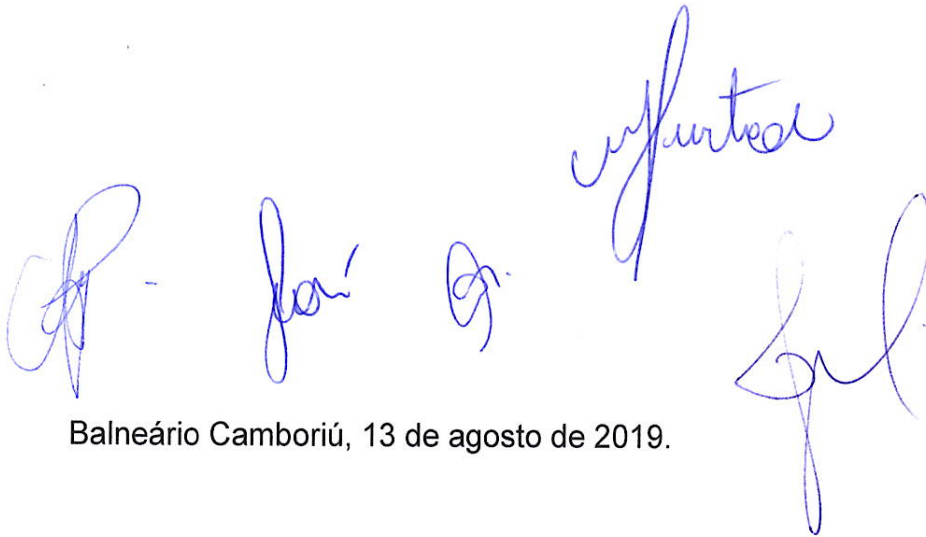


ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC, EM 13 DE AGOSTO DE 2019.

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às dezoito horas e cinquenta minutos, na sala de reuniões da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, situada na Rua Angelina, s/nº, Parque Natural Municipal Raimundo Gonçalves Malta, Bairro dos Municípios, reuniu-se o Conselho Municipal do Meio Ambiente, convocado via e-mail, com as presenças dos Senhores Conselheiros: **01.** Maria Heloisa B. C. Furtado Lenzi (SEMAM), **02.** Geosi de Lima Matos (Secretaria de Saúde e Saneamento), **03.** João Gabriel Assumpção Carvalho (EMASA), **04.** Ana Clara Souza Carr Pinheiro (OAB) **05.** Rafaela Picolotto (UNIVALI) e **06.** Gilmar Edson Koeddermann (SINDUSCON). Presentes, ainda, os Srs. Edésio C. Pereira, Diretor do Departamento de Fiscalização Ambiental e Pedro Paulo Antunes, Fiscal do Meio Ambiente. Havendo número legal, os presentes foram saudados pela Presidente do Conselho, Sra. Maria Heloisa. Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior (09.07.2019), a qual já havia sido encaminhada via e-mail à todos os conselheiros, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida deu-se início a pauta do dia que consistia no julgamento dos seguintes processos administrativos fiscais: 1. PAF-SMA-DEFA nº 3/2018 – Gilvana Dalfovo da Costa – Relator: Elifas Holodniak; 2. PAF-SMA-DEFA 45/2018 – Taísa Ramos da Silva – Relatora: Ana Clara Souza Carr Pinheiro; 3. PAF-SMA-DEFA 33/2017 – Altamir Osni Teixeira – Relator: João Gabriel Assumpção Carvalho; 4. PAF-SMA-DEFA 34/2018 – Jesarela Jacob Correia Dallago - Relatora: Rafaela Picolotto. Embora constasse na pauta da sessão o julgamento do PAF-SMA-DEFA nº 3/2018 – Gilvana Dalfovo da Costa, devido à ausência do conselheiro Elifas Holodniak, o mesmo foi adiado para a próxima reunião. Os processos foram julgados na seguinte ordem: **1. PAF-SMA-DEFA 45/2018 – Taísa Ramos da Silva – Relatora: Ana Clara Souza Carr Pinheiro:** A relatora fez a leitura de seu parecer, informando que recomendou a manutenção da multa considerando que o autuado iniciou a execução do serviço de movimentação/escavação de terras, atividade potencialmente poluidora, sem as devidas autorizações dos órgãos pertinentes, que embora a Secretaria do Meio Ambiente tenha emitido parecer positivo *a posteriori* sobre os pedidos formulados pelo autuado, a lei é clara quanto à proibição de se iniciar qualquer serviço que dependa dos respectivos documentos e permissões necessários. Os demais conselheiros votaram com a relatora pela manutenção da multa no valor original. Sendo assim, a multa foi mantida no valor de 30 UFM. **2. PAF-SMA-DEFA 33/2017 – Altamir Osni Teixeira – Relator: João Gabriel A. Carvalho:** O relator fez leitura de seu parecer informando que embora já tivesse votado pela manutenção da multa na última reunião, o julgamento havia sido adiado para que o Departamento de Fiscalização prestasse esclarecimentos acerca do valor da multa, tendo em vista que os demais conselheiros tinham dúvidas com relação a metodologia na aplicação da multa, que após serem prestados tais esclarecimentos pelo citado departamento, sendo justificado que o critério da aplicação foi baseado na reincidência do autuado, conforme previsto no Decreto Federal nº 6514/08, artigo 11, inciso I, que neste sentido entendeu por bem manter a multa nos moldes aplicados pela Fiscalização no valor de 60 UFM, sendo acompanhado por unanimidade pelos demais conselheiros. **3. PAF-SMA-DEFA 34/2018 – Jesarela Jacob Correia Dallago - Relatora: Rafaela Picolotto:** Lido o parecer da relatora, a mesma sugeriu a anulação da multa de 58 UFM em virtude do parecer da defesa, o qual comprovou, com base na literatura técnica, que as árvores suprimidas não se tratavam de espécies nativas da região, que o indivíduo arbóreo danificado se encontra vivo e

saudável, conforme registro fotográfico apresentado, que, além disso, a legislação citada no auto de infração não obriga de forma expressa a necessidade de autorização para poda, nem mesmo para espécies exóticas, que por entender não ser pertinente a multa, recomendou a retirada da mesma, porém, condicionada à doação de 50 mudas de espécies nativas da região, compensação a ser efetivada por meio de Termo de Compromisso firmado com a Secretaria do Meio Ambiente. Colocado em votação, a conselheira Geosi discordou da anulação, sendo que os demais conselheiros seguiram o voto da relatora. Concluída a fase dos julgamentos, foram distribuídos os seguintes processos para análise/parecer dos relatores e posterior julgamento: 1. PAF-SMA-DEFA 46/2018 – Laurita Pereira Silva: Relator: Gilmar Edson Koeddermann (SINDUSCON). 2. PAF-SMA-DEFA 06/2019 – Lucas Pacheco de Jesus: Relator: João Gabriel Assumpção Carvalho (EMASA). Por fim, a Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, eu, Carin S. Dorow, Secretária nomeada para o ato, lavrei a presente ata que, aprovada, será assinada por mim e pelos demais Conselheiros.

The block contains five handwritten signatures in blue ink. From left to right, they are: a stylized signature starting with 'A', a signature that appears to be 'Carin', a small signature starting with 'G', a signature that appears to be 'João Gabriel', and a signature that appears to be 'Lucas'.

Balneário Camboriú, 13 de agosto de 2019.